



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA – 3ª REGIÃO

**Ata da Reunião de Trabalho do Projeto Qualidade da Água/MPF
(Água e Saúde Pública)**

No dia 28 de junho de 2016, realizou-se na sala 56 do 5º andar no prédio da Procuradoria Regional da República da 3ª Região, localizado na Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 2020, Bela Vista, Município de São Paulo – Capital, Reunião Técnica do Projeto Qualidade da Água, as 14 horas, com a presença da Coordenadora da reunião, Sandra Akemi Shimada Kishi (Procuradora Regional da República e Gerente do Projeto Qualidade da Água), do Mediador, Marcelo Drügg Barreto Vianna (Professor, Dr. do MBA de Facilidades da Poli-USP e Membro do Conselho da Xingu Capital (First Capital) e dos seguintes participantes: Adriana Fabiana Corrêa da Silva (UNESP- Rio Claro-CBH/CTSAM-PCJ); Alexandra Faccioli Martins (Promotora de Justiça do MP/SP – GAEMA/Piracicaba/SP); Ana Marina Martins de Lima (Instituto Adolfo Lutz e Ambiente do Meio); Antônio José Donizete Molina Daloia (Procurador da República da PRM de Santos/SP); Beatriz de Oliveira Marcondes (ASGV Advogados); Claudia Scarpim (Instituto Ética Saúde); Claudia Cortez (Instituto Brasileiro de Referência Ambiental - IBRA); Consuelo Yoshida (Desembargadora Federal do TRF da 3ª Região); Daniel Cobucci de Oliveira (Ministério da Saúde); Denise Arnizaut de Mattos (IEDC - Instituto de Estudos Direito e Cidadania); Eduardo Motta Alves Peixoto (Instituto Brasileiro de Referência Ambiental - IBRA); Elaine Maria Frade Costa (Faculdade de Medicina da USP); Ernani Pinto Júnior (Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP); Fabíola de Figueiredo Beda (Analista Jurídica da PRR da 3ª Região); Harold Fowler (CBH-PCJ); José Alexandre Maximino Mota (Promotor de Justiça do MP/RJ - GAEMA); José Carlos Mierzwa (POLI/USP); Lilia Toledo Diniz (Consultora do Projeto Qualidade da Água); Luciane Impelliziere Luna de Mello; Maria Rezende Cappucci (Procuradora da República na PRM/Caraguatatuba/SP); Raquel Eliana Metzner (Comitês PCJ-CT-PBF-Soridema); Renata Mello C. de Queiroz Telles (IEDC - Instituto de Estudos Direito e Cidadania); Ric Schemkman (Harpa Capital); Rodrigo Matias de Sousa Resende (Ministério da Saúde); Sérgio Valentim (Centro de Vigilância Sanitária); Telma Nery (Capítulo Latino Americano e Caribe da Sociedade Internacional de Epidemiologia Ambiental); Tiago de Brito Magalhães (Ministério da Saúde); Vera Lúcia R. S. Jucovsky (Desembargadora aposentada do TRF 3ª Região e OAB/SP) e Vera Ponçano (Diretora da RESAG - Rede de Saneamento e Abastecimento de Água).

Sandra Kishi agradeceu a todos pelas colaborações e participações no Projeto Qualidade da Água e fez uma explicação sobre os objetivos do Projeto (articulações institucionais para a efetivação do enquadramento de corpos hídricos, visando à integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental e de saúde pública, para que as políticas públicas de saneamento básico, de uso e ocupação do solo, de resíduos, de urbanização devam estar integradas com as políticas públicas de recursos hídricos. Após, expôs os seguintes objetivos da Reunião “Águas e Saúde Pública” seriam o avanço: a) no diagnóstico dos principais entraves no binômio Águas-Saúde e medidas de *compliance* no setor da saúde e de gestão de águas (a médio e longo prazos); b) em propostas de diretrizes para Termo de Referência para o Plano de Segurança da Água e, c) num eficiente sistema unificado de informações sobre qualidade dos indicadores hídricos e de saúde pública que atendam aos cenários locais (em curto e médio prazos).

Como **moderador** dos trabalhos, **Marcelo Drügg Barreto Vianna** fez uma breve explicação sobre os procedimentos da reunião e solicitou a cada um dos participantes que se apresentassem e informando suas instituições.

Claudia Scarpim fez a apresentação sobre "Mecanismos de Autorregulação e Medidas de Integridade na Administração da Saúde Pública" (slides em anexo). Pontuou que de 180 países, o Brasil ocupou, em 2014, a 79ª colocação no ranking de corrupção percebida elaborado pela ONG Transparência Internacional. Ressaltou que segundo a CNI, 6 em cada 10 brasileiros, consideram que a corrupção é o principal problema do país e que a legislação brasileira não reconhece a chamada corrupção privada. Citou o escândalo da máfia das próteses, que expôs a prática ao conhecimento popular e da mídia geral. Explicou que o Ética Saúde é um indutor de mudanças de paradigma no setor da saúde, por meio da organização de mecanismo de autorregulação da conduta dos signatários para definir regras claras entre empresas do setor a fim de prevenir e controlar todas as formas de suborno/corrupção. Por fim, falou sobre a implantação de sistemas de integridade na administração pública para a proteção preventiva e integral dos bens, interesses e direitos inerentes ao patrimônio público. Apresentação "Mecanismos de Autorregulação e Medidas de Integridade na Administração da Saúde Pública"

Ana Marina Martins de Lima fez a apresentação da palestra "Complexidades de um Laboratório Público de Apoio às Ações de Vigilância Sanitária e Epidemiológica" (slides em anexo). Ressaltou que o trabalho desenvolvido tem por missão participar das ações de vigilância sanitária e epidemiológica relacionadas com o laboratório de saúde pública; executar atividades laboratoriais especializadas e diferenciadas e promover a divulgação de informações relevantes à saúde pública e que o escopo do trabalho consiste em: participar dos sistemas de vigilância sanitária e epidemiológica; controlar a qualidade da produção dos laboratórios da rede estadual, orientando a organização dos serviços técnico-especializados, com a promoção da introdução de tecnologia, reciclando o pessoal e avaliando resultados; atuar como referência técnica de laboratórios integrantes do Sistema de Saúde do Estado de São Paulo; realizar investigações e pesquisa pertinentes à sua finalidade e papel no Sistema de Saúde e divulgar os resultados e promover atividades de ensino para o aprimoramento de profissionais das áreas de atuação do Instituto. Após, explicou a estrutura e composição do Instituto Adolfo Lutz. Informou que no Laboratório de Águas participa dos Sistemas de Vigilância Sanitária e Epidemiológica e utiliza em seu sistema de qualidade a Norma ISO 17025. Falou que participou também do Programa Estadual de Monitoramento da Qualidade da Água Tratada para Diálise e do Pró-água que visa a monitorar a qualidade de água de abastecimento público. Por fim pontuou a necessidade de aumentar o número de ensaios para monitorar outros elementos nas águas de hemodiálise, bem como a importância do monitoramento de agrotóxicos e outros metais em água de uso humano e sugeriu ampliação de parcerias entre laboratórios de universidades, Instituto da Pesca e a Secretaria de Saúde para auxiliar na demanda de análise e desenvolver ensaios com biomarcadores como forma estrutural do Plano de Segurança da água. Quanto ao Instituto Adolfo Lutz sugeriu a federalização da instituição além de uma reestruturação nos trabalhos de Vigilância Sanitária e Epidemiológica facilitando-se o acesso à informação para ações da área de saúde e socioambientais. Recomendou a leitura do documento do link: <https://ambientedomeio.com/2016/07/17/complexidades-de-um-laboratorio-publico-de-apoio-a-acoes-de-vigilancia-sanitaria-e-epidemiologica/>

Apresentação "Complexidades de um Laboratório Público de Apoio às Ações de Vigilância Sanitária e Epidemiológica"

Alexandra Faccioli Martins: ressaltou que o grande desafio é tentar compreender um pouco melhor de que forma se pode buscar a implementação do instrumento *compliance* na gestão dos recursos hídricos e mais especificamente hoje na questão do tema da potabilidade da água. Relatou que foi constatado que há uma crise da confiabilidade das informações. Falou que há um rol muito grande dos sistemas de controle, mas que apresentam problemas de execução. Ressaltou que o desafio é tentar pensar se com base na legislação que ainda está em processo de implementação se poderia criar mais um monitoramento (monitoramento de *compliance*) no setor de saneamento, no setor da saúde e nos laboratórios, melhorando a transparência e a prestação de contas, em relação ao que já existe, de uma maneira que possa ser compreendido por todos. Salientou que outro grande desafio é o sistema de informações (por exemplo, dados do SISÁGUA), verificando o que é matéria de sigilo individual e o que é resultado de interesse público.

Vera Maria Lopes Ponçano fez a apresentação da palestra "Credenciamento/Acreditação de

Laboratórios e Análise de Qualidade Hídrica - Portaria n. 2.914/2011" (slides em anexo). Ressaltou que o Plano de Segurança da Água tem por objetivo qualificar profissionais; garantir a qualidade da água, atendendo ao padrão de potabilidade estabelecido pela legislação vigente - base epidemiológica, qualidade da água e eficiência do tratamento. Após, explicou o funcionamento da Rede de Saneamento e Abastecimento de Água (RESAG). Falou sobre os materiais de referência certificados - fundamentais para a confiabilidade dos resultados das medições (Série ISO Guia 30 a 35). Destarte, ressaltou ser fundamental dispor de infraestrutura laboratorial adequada, em todas as regiões do país (Redes), que possa dar o respaldo técnico-científico necessário ao controle de qualidade da água, sem risco para a saúde humana - fato que demanda controles de qualidade confiáveis, de acordo com as boas práticas internacionais. Ainda, relatou que materiais de referência e ensaios de proficiência/programas interlaboratoriais desempenham um papel relevante na confiabilidade dos resultados emitidos pelos laboratórios, no estabelecimento da rastreabilidade metrológica e no atendimento aos requisitos da ISO/IEC 17025 (acreditação).

Apresentação: "Credenciamento/Acreditação de Laboratórios e Análise de Qualidade Hídrica - Portaria n. 2.914/2011"

Elaine Maria Frade Costa fez a apresentação da palestra "Desreguladores Endócrinos na Água de Abastecimento" (slides em anexo). Falou sobre os contaminantes orgânicos emergentes: metais, medicamentos, produtos de cuidados pessoais, drogas ilícitas, suplementos alimentares e seus metabólitos, desreguladores endócrinos e que novos EOCs têm sido identificados devido aos avanços dos métodos laboratoriais de análise. Explicou a estrutura química dos esteroides sexuais e diferentes classes de DEs. Falou sobre as principais características dos desreguladores endócrinos, explicando a baixa solubilidade em água e alta solubilidade em lipídeos - bioacumulação no tecido adiposo; idade de exposição = "janela de susceptibilidade"; dinâmica de dose-resposta não convencional = "U" ou "U invertido" e a importância das misturas = "diferentes classes de DEs pode ter efeitos sinérgicos ou aditivos". Informou que a água para consumo humano e mananciais de São Paulo estão contaminados com estrógenos. Concluiu, por fim, que os critérios para o abastecimento de água potável no Brasil e no mundo são erroneamente baseados em dados de toxicidade de compostos analisados individualmente não levando em conta as misturas e que a segurança da água de reuso depende do aperfeiçoamento das técnicas de detecção dos DEs na água, do monitoramento extensivo do tratamento da água, do desenvolvimento de tecnologias adequadas para a remoção dos DEs da água e da implementação de diretrizes para a determinação das concentrações de DEs e misturas na água de beber.

Apresentação: "Desreguladores Endócrinos na Água de Abastecimento"

Ernani Pinto Júnior fez a apresentação da palestra "Métodos, Padrões, Parâmetros de Qualidade e Análise: Cianobactérias e Cianotoxinas" (slides em anexo). Falou sobre o problema ambiental: florações de cianobactérias e presença de toxinas. Explicou que os principais problemas envolvendo as cianobactérias dizem respeito à adaptação em bilhões de anos - diversidade em espécies e produção de metabólitos secundários; problemas ambientais (toxinas, alteração gosto e odor); falta de padrões das toxinas e métodos para detecção/quantificação e falta de material certificado de análise. Por fim, destacou como são feitos os procedimentos de coleta no Reservatório Billings.

Apresentação: "Métodos, Padrões, Parâmetros de Qualidade e Análise: Cianobactérias e Cianotoxinas"

Eduardo Peixoto informou que se um profissional encontra alguma substância em um produto que sabe que oferece algum risco à saúde humana, ele tem a obrigação legal de informar, independentemente de portaria (a portaria é uma exigência mínima do que se deve observar). Ressaltou que a Portaria n. 2914/2011 do Ministério da Saúde menciona no art. 21 que a instituição deve ter ISO 17025 e não há nenhuma instituição que faça isso. Relatou que no exterior pode ser declarado que o trabalho foi feito dentro das normas previstas por uma ISO, sem interferência de um órgão semelhante ao INMETRO. Asseverou que a Portaria, da forma como foi escrita, parece arcaica. Informou que as Universidades não podem ter ISO. Por fim, informou que encaminhará todas sugestões dadas na reunião para todos, por escrito.

Ao final, o moderador **Marcelo Drügg Barreto Vianna** solicitou de cada participante recomendações, críticas e sugestões à reunião, dentre as quais, destacam-se as seguintes: Atenção aos cenários locais no planejamento; sistema de informações unificadas, com

facilitado e amplo acesso, à luz de normas e padrões internacionais; medidas de integridade na gestão dos recursos hídricos e da saúde; padrões socioambientais e de saúde internacionais interpretadas de forma sistematizada aos nacionais para saneamento; valorização da metodologia conforme padrões de desempenho internacionais e não propriamente apenas laboratórios credenciados; previsão de fundos com custeio do setor financeiro privado e mercado agrícola; aos palestrantes, solicitação de envio de síntese dos principais pontos de suas palestras e propostas concretas de encaminhamentos; que a Portaria n. 2914/2011 do Ministério da Saúde seja revista com melhores parâmetros e formas simplificadas de análises para determinados parâmetros; padronização dos laboratórios (sistematizada e descritiva quanto à possibilidade de aplicação/colaboração); verificar riscos socioambientais num financiamento; quando se tratar de substâncias químicas, biológicas, verificar quais os riscos à saúde e quais regiões onde mais ocorrem; fatores de risco por região; atividade de controle e detecção e remoção; questão das barreiras múltiplas; focar planos de ação para cada um dos tópicos; melhorar os ensaios e análises, com testes mais simples (ex: kit que alcance centenas de compostos ao mesmo tempo); metodologias de análise consagradas internacionalmente devem ser consideradas; questão de certificação dos laboratórios, preferencialmente, que não seja o governo; trabalhar em redes digitais; revisão da Portaria n. 2914/2011 do Ministério da Saúde deve ser coerente com a capacidade tecnológica de execução; empoderar os municípios para diminuir a sua poluição e proteger o manancial de captação (*capacity building*); elaboração de Planos de Segurança da Água por bacia hidrográfica e integrá-los depois ao Plano de Saneamento do Município; convidar os setores da indústria e da agricultura (principalmente suas fundações), pois tais setores podem participar fazendo dotações orçamentárias para estudos; focar em *compliance* na Administração Pública para a disponibilização de dados e informações; avançar em ferramentas para o combate à poluição por água de lastro. Também foram feitas críticas negativas à reunião: melhorar a transmissão da reunião à distância (falha da tecnologia); diminuir o tempo nas apresentações, reservando-se mais tempo para debates e ter-se uma memória de cada reunião.

Marcelo Drügg Barreto Vianna ao término da reunião passou a palavra para **Sandra Kishi** que agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

A reunião encerrou-se às 19h27, sendo que a Ata vai devidamente assinada por mim, Fabíola de Figueiredo Beda, _____, que a digitei. Anexa segue a lista de presença assinada pelos participantes da reunião.

São Paulo, 28 de junho de 2016.

Encontram-se no seguinte link do Boletim das Águas os seguintes documentos e apresentações mencionadas nesta ATA:

<http://migre.me/urlzT>

- Escopo dos Trabalhos e Objetivos da Reunião- Dra Sandra Kishi
- BIOS dos Expositores e Debatedores
- Apresentação: "Mecanismos de Autorregulação e Medidas de Integridade na Administração da Saúde Pública"
- Apresentação "Complexidades de um Laboratório Público de Apoio às Ações de Vigilância Sanitária e Epidemiológica"
- Apresentação: "Credenciamento/Acreditação de Laboratórios e Análise de Qualidade Hídrica - Portaria n. 2.914/2011"
- Apresentação: "Desreguladores Endócrinos na Água de Abastecimento"
- Apresentação: "Métodos, Padrões, Parâmetros de Qualidade e Análise: Cianobactérias e Cianotoxinas"
- Recomendações, críticas e sugestões lançadas na Reunião do Projeto Qualidade da Água, realizada pelo MPF no dia 28/06/2016